

Deputados vão avaliar educação

Constituinte estadual começa a debater amanhã 500 propostas para a educação em São Paulo

Em um dos plenários da Assembleia Legislativa, começa a ser debatido amanhã o futuro da educação no Estado de São Paulo. Entre 9 e 17 horas, os 18 deputados da comissão de Ordem Econômica e Social da Constituinte paulista vão receber os dirigentes das entidades que apresentaram propostas na área de educação para elaborar o texto que deve ser promulgado até o próximo ano. Amanhã, eles defenderão seus pontos de vista perante os deputados.

A Assembleia recebeu 500 emendas nessa área. Algumas propostas têm caráter corporativista, como a defesa de um piso salarial para o professor da rede pública e o reescalonamento de docentes aposentados em condições desfavoráveis. A maior parte dessas emendas de cunho sindical foi apresentada pelo Centro do Professorado Paulista (CPP), mas outras entidades, como as associações docentes da Universidade de São Paulo (USP), e da Universidade de Campinas (Unicamp), preferiram temas mais abrangentes.

A proposta dos professores do ensino superior é uma das mais polêmicas. Além de obrigar o Estado a repassar 11% do total de sua arrecadação para as três universidades estaduais (USP, Unicamp e Unesp), a emenda das associações docentes estabelece o fim da atividade

de com fins lucrativos na área da educação.

O texto assinado pela Adusp, Adunicamp e Adunesp diz que o Estado não poderá isentar escolas de impostos. Além disso, defende que nenhum estabelecimento de ensino possa cobrar de seus alunos mais do que o necessário.

“Essa proposta é inconstitucional”, dispara José Aurélio Camargo, presidente do Sieceesp, o sindicato dos proprietários de escola. Assim como fez na Constituinte federal, Camargo deve, porém, mobilizar seu esquema de “lobby” para não deixar que seja aprovada a proposta dos professores.

O PT e o PSDB foram os únicos partidos que apresentaram sugestões globais para a educação. A maior inovação proposta pelo PSDB é a descentralização pedagógica da escola pública, hoje normatizado por um órgão central, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp) da Secretaria da Educação. “As delegacias de ensino terão maior autonomia”, diz a deputada Guiomar de Melo, encarregada pelo PSDB de defender a aprovação da emenda.

O PT vai mais fundo na questão da autonomia das escolas e propõe eleições diretas para a escolha de diretor e delegado de ensino. “A gestão democrática do ensino é a nossa principal proposta”, diz Ivan Valente, autor da emenda assinada pelo PT, que, a exemplo do projeto dos docentes do ensino superior, defende o fim de incentivos fiscais às escolas particulares.



José Luiz Cordeiro/AE

Valente, do PT: eleição direta para diretor de escola